

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE GERONTOLOGIA

BIANCA SILVA DE OLIVEIRA

**ENVELHECER NA CIDADE: O CENTRO HISTÓRICO
DE ARARAQUARA E OS IMPACTOS DOS IMÓVEIS
OCIOSOS NA COMUNIDADE**

SÃO CARLOS -SP
2023

BIANCA SILVA DE OLIVEIRA

**ENVELHECER NA CIDADE: O CENTRO HISTÓRICO DE ARARAQUARA E OS
IMPACTOS DOS IMÓVEIS OCIOSOS NA COMUNIDADE**

Monografia apresentada ao
Departamento de Gerontologia da
Universidade de São Carlos, para
obtenção de bacharel em gerontologia.

Orientador: Prof^ª. Dra^a Luzia Cristina
Antoniossi Monteiro

Co-orientador: Me. Filipe Augusto Portes

São Carlos-SP
2023

Bianca Silva de, Oliveira

Envelhecer na cidade: O centro histórico de Araraquara e os impactos dos imóveis ociosos na comunidade / Oliveira Bianca Silva de -- 2023.
39f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Prof^a Dr^a Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Banca Examinadora: M^a Letícia Felice Olaia

Bibliografia

1. Acessibilidade. 2. Imóveis ociosos. 3. Aging in Place. I. Bianca Silva de, Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e de Saúde
Departamento de Gerontologia

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso de Gerontologia da aluna Bianca Silva de Oliveira, realizada em 23/08/2023:



Prof. Drª Luzia Cristina Antoniossi Monteiro
Universidade Federal de São Carlos



Ms. Letícia Felice Olaia

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao meu filho Lorenzo, à minha mãe Jorcenita e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu filho Lorenzo, por ter me acompanhado durante a trajetória da graduação; à minha mãe e meus irmãos, que me acolheram, me auxiliaram e me deram forças para continuar; aos professores do Departamento da Gerontologia, que permitiram que meu filho frequentasse as aulas e então tornou-se possível minha permanência no curso; a minha orientadora, que sempre esteve disponível em todos os momentos e ao nosso grupo de pesquisa, em especial o co-orientador de pesquisa Filipe, que se tornou um grande amigo; as minhas companheiras de turma Isabella, Caroline e Marina, que estiveram presentes em todos os momentos; minhas melhores amigas Rayssa e Giovanna, que me deram coragem para persistir mesmo com tantas dificuldades.

RESUMO

A população, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, têm vivido por mais tempo, alcançando maior longevidade e com isso, famílias e governos, através de seus institutos de pesquisas, buscam alternativas relacionadas aos cuidados e especificidades da pessoa idosa, uma vez que a Constituição Federal garante a essa parcela da população, dignidade, sociabilidade, bem-estar e direito à vida. A pesquisa foi realizada como recorte de um estudo maior, que contou com auxílio regular FAPESP (Processo nº2017/15781-9). O estudo teve como objetivo analisar a percepção dos moradores da região central de Araraquara - SP sobre os impactos causados por imóveis ociosos, acessibilidade e a respeito de morar no centro; possui caráter transversal, descritivo, exploratório e contou com revisão bibliográfica e visitas de campo, com os dados analisados no método qualitativo-quantitativo. Após as visitas de campo, constatou-se a satisfação geral em residir na área, devido à grande infraestrutura, entretanto, grande parte se incomoda com os imóveis ociosos e seus desfechos negativos, relacionando principalmente, ao sentimento de insegurança.

Palavras-chave: acessibilidade; longevidade; políticas públicas; aging in place; imóveis ociosos.

ABSTRACT

The population, both in developing and developed countries, has been living longer, achieving greater longevity. As a result, families and governments, through their research institutes, seek alternatives related to the care and specificities of the elderly, since the Federal Constitution guarantees dignity, sociability, well-being, and the right to life for this portion of the population. Its objective was to analyze the perception of residents in the central region of Araraquara - SP regarding the impacts caused by vacant properties, accessibility, and living in the city center. The research was conducted as a subset of a larger study, supported by regular FAPESP assistance (Process nº2017/15781-9). The study is cross-sectional, descriptive, exploratory, based on literature review and field visits, with data analyzed using a qualitative-quantitative approach. After the field visits, overall satisfaction with residing in the area was found due to significant infrastructure. However, a significant portion expressed concern about vacant properties and their negative consequences, primarily related to feelings of insecurity.

Keyword: accessibility; longevity; public policy; aging in place; vacant properties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadrilátero Histórico	20
Figura 2 - Escala de Likert	21
Gráfico 1 - Morar próximo à um imóvel vazio me incomoda	24
Gráfico 2 - Me sinto inseguro sendo vizinho de um imóvel vazio	25
Gráfico 3 - Tempo residido no bairro	29
Gráfico 4 - Acredito que o centro de Araraquara seja um local acessível	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistados por idade e logradouro	22
Tabela 2 - Problemas causados por imóveis ociosos, segundo vizinhos	26
Tabela 3 - Opiniões sobre pontos positivos e negativos do bairro	28

LISTA DE SIGLAS

CTMGeo - Cadastro Técnico Municipal de Geoprocessamento

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVO	18
2.1 OBJETIVO GERAL	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
3 METODOLOGIA	19
3.1 TIPO DO ESTUDO	19
3.2 LOCAL DO ESTUDO	19
3.3 COLETA DE DADOS	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1 DOMÍNIO 1: SER VIZINHO DE IMÓVEL VAZIO	23
4.2 DOMÍNIO 2: VIVER NO CENTRO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A - Roteiro de Campo	36
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	38

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre o envelhecimento humano ganharam força no início do século XX e têm se tornado cada vez mais importantes devido ao crescente número de pessoas idosas tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como o Brasil (Netto, 2016).

A grande massa da população idosa está relacionada ao aumento da esperança de vida ao nascer, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), era de 62 anos em 1980 e atingiria a margem de 75 anos em 2015. Outro fator é a redução da taxa de fecundidade, que passou de 4,4 filhos por mulher no ano de 1980 a 1,7 filhos por mulher no ano de 2015 (IBGE, 2013).

Em vista disso, nota-se que o crescimento da população brasileira está diminuindo, mas, por outro lado, os indivíduos estão vivendo por mais tempo, aumentando o número da população dos longevos. Tal conjuntura compõe o fenômeno do envelhecimento populacional, que vem impulsionando a transição demográfica no Brasil.

De acordo com as projeções do IBGE (2015), tal tendência irá se perpetuar pelas próximas décadas. O percentual de pessoas idosas no Brasil no ano de 2014 era de 13,7%, e para o ano de 2060 o instituto prevê que um terço da população brasileira terá 60 anos de idade ou mais.

Concomitantemente, a estrutura familiar convencional passa por rearranjos diante de uma série de alterações na sociedade contemporânea. Têm-se como exemplo o crescimento no número de mulheres trabalhando fora de seus domicílios, onde estas deixam de cumprir unicamente um papel histórico-cultural de cuidadoras do lar e da família, e voltam-se para uma rotina de trabalhos externos à suas casas. Com isso, abre-se uma lacuna no cuidado à pessoa idosa em caso de declínio funcional, afinal, a disponibilidade da atenção integral ao ente passa a existir cada vez menos (Camarano; Kanso, 2016).

Os novos arranjos familiares trazem consigo mudanças estruturais, dentre elas, o presente estudo aponta o crescimento no número de pessoas idosas morando sozinhas. Em 1992, aproximadamente 1,2 milhões de pessoas idosas residiam sós, 20 anos depois este contingente aumentou 215%, onde 3,7 milhões de pessoas idosas passaram a compor tal quadro (IBGE, 2013).

Teixeira (2008) ilustra que com isso, o sistema de atenção à pessoa idosa

também precisa ser reconfigurado, uma vez que o papel da família em desempenhar tal tarefa vem sido reduzido, ampliando assim o dever do Estado em assistir estes cidadãos.

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, através do artigo 230 estabelece: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Sendo assim, diante do contexto apresentado se evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas que se voltem para as necessidades das pessoas idosas, principalmente daquelas de baixa renda. As cidades precisam ofertar alternativas que garantam os direitos destes cidadãos, que muitas vezes encontram-se desamparados por suas famílias.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), a criação de ambientes físicos e sociais favoráveis ao envelhecimento é um dos principais pilares para o estabelecimento de uma velhice digna. Como ilustra o trecho abaixo:

Entretanto, a capacidade intrínseca é apenas um dos fatores que irão determinar o que uma pessoa mais velha pode fazer. O outro são os ambientes nos quais vivem e suas interações neles. Esses ambientes fornecem uma gama de recursos ou barreiras que decidirão se pessoas com um determinado nível de capacidade podem fazer as coisas que consideram importantes (OMS, 2015, p. 7).

Sendo assim, o presente estudo destaca a importância das cidades ofertarem ambientes acessíveis a todos, que promovam a inclusão social, onde os indivíduos, independente de suas condições físicas, possam desfrutar do espaço de forma igualitária e independente, com segurança e conforto. (Almeida; Giacomini; Bortoluzzi, 2013; Dischinger, 2012).

Dessa forma, ressalta-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que distingue os conceitos de capacidade e deficiência (BRASIL, 2015).

O processo de envelhecimento é heterogêneo, o que desencadeia necessidades espaciais diferentes em cada indivíduo, que precisam ser mapeadas para o planejamento eficaz de espaços para pessoas idosas (Bins Ely; Dorneles, 2006).

Hunt (1991) *apud* Bins Ely; Dorneles (2006), classificam as necessidades espaciais em três classes: necessidades físicas, necessidades informativas e

necessidades sociais. As necessidades físicas estão relacionadas à saúde física, ao conforto e à segurança dos indivíduos, buscando principalmente a facilidade do uso e evitando acidentes; as necessidades informativas dizem respeito à maneira de como as informações do local são processadas e deve atingir toda a população, independente de possíveis limitações; já as necessidades sociais se referem à promoção da gerência da interação social e da privacidade.

Em vista disso, a mobilidade e a acessibilidade são direitos dos cidadãos, especialmente das pessoas idosas e têm grande valor para a manutenção de sua autonomia, independência e saúde, já que assegurar o acesso, de forma segura e igualitária, desse público a todos os locais é uma maneira de manter o exercício da participação social e cidadania desse segmento etário (Blanco, 2014; OEA, 2015; Celestino; Araujo, 2018).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146/15) define a acessibilidade da seguinte maneira:

acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

A acessibilidade espacial refere-se a um recorte conceitual diante da amplitude que o termo carrega. Ela é definida por componentes, que podem ser divididos em quatro categorias: a orientação espacial, a comunicação, o deslocamento e o uso (Dischinger; Bins Ely; Piardi, 2012).

A orientação espacial consiste nos suportes informativos existentes no ambiente e nas condições individuais de percepção, tomada de decisões, processamento de informações e modo de agir; a comunicação diz respeito a informações entre pessoas ou que estão dispostas em equipamentos que permitam o acesso, a compreensão e a participação dos indivíduos; o deslocamento relaciona-se com a viabilidade do indivíduo se movimentar nos locais sem que apresente barreiras arquitetônicas; o uso está relacionado à possibilidade do indivíduo em realizar e participar das atividades (Dischinger; Bins Ely; Piardi, 2012).

Para padronização da acessibilidade, a NBR ABNT 9050 (2020) estabelece referências que devem ser seguidas para construção e adequação de mobiliários,

edificações, espaços e equipamentos urbanos acessíveis.

Embora sejam frequentemente confundidos, acessibilidade e mobilidade são conceitos distintos, porém complementares. A mobilidade influencia, positiva ou negativamente, o modo com que as pessoas chegarão a um determinado local, enquanto a acessibilidade diz respeito à forma com que esses indivíduos desfrutarão dali (Druciak, 2014).

Sendo assim, a mobilidade está relacionada ao deslocamento das pessoas, podendo ser facilitada pelos serviços oferecidos pela cidade, que devem buscar a rapidez e o conforto de seus usuários (Almeida; Giacomini; Bortoluzzi, 2013).

Tendo conhecimento de tais conceitos, é preciso pensar nas questões relacionadas ao direito à cidade, que foi proposto por Henri Lefebvre como um fator de inclusão dos habitantes aos benefícios e qualidades da cidade (Figueiredo *et al.*, 2017).

Os conceitos de direito à cidade e direito à saúde estão interligados, pois, à medida em que os espaços urbanos se tornam acessíveis para todos, eles proporcionam a saúde por meio da distribuição igualitária de serviços que se fazem essenciais à população (Foucault, 1984; Figueiredo *et al.*, 2017).

Já no século XXI, o processo de urbanização é apontado como um fator altamente determinante no direito à cidade, podendo influenciar tanto de forma positiva quanto negativa. Tem-se como exemplo, o espraiamento desenfreado das malhas urbanas, experimentado pelas grandes cidades brasileiras nas últimas décadas, resulta em realidades heterogêneas, marcadas pela desigualdade espacial, assim como descrito na citação abaixo (Figueiredo *et al.* 2007; Ribeiro, 2017).

o espaço geográfico reflete as desigualdades sociais. Porém, além disso, o espaço geográfico espelha uma hegemonia política. Quando tratamos de um debate político acerca da produção do espaço discutimos quem determina, quem escolhe os rumos da organização social. Nem sempre esse processo é democrático, mesmo em países onde a democracia está presente. A disputa pela hegemonia leva a um rearranjo da estrutura urbana resultado da luta política, que pode ou não ser explícita. Muitas vezes o Estado, outro agente central na produção do espaço geográfico, é reflexo de um pacto político que estabelece uma hegemonia, condição que reflete um acordo para estabelecer uma política pública. (Ribeiro, 2017, p.153-154).

Ribeiro (2017) afirma que a dinâmica mercadológica espacial é marcada pela especulação imobiliária, tal costume impulsiona a perpetuação das desigualdades

espaciais e ainda resulta em vazios urbanos, muitas vezes consolidados em imóveis ociosos, que ao invés de atenderem aos preceitos da função social da propriedade, seguem abandonados à espera de valorização financeira.

Tal lógica é incompatível com elementos jurídicos que estão presentes na legislação brasileira. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) foi criado com o objetivo de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, como afirma o artigo 182 da Constituição Federal de 1988. E traz estampado:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

(...) VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas (BRASIL, 2001)

Neste sentido, a literatura aponta que as áreas centrais dos municípios vivenciam esvaziamentos, resultantes da ampliação da malha urbana atrelada à especulação imobiliária. A contradição desta lógica está justamente na desvalorização que este fenômeno causa aos centros, uma vez que a existência de imóveis ociosos e degradados traz consigo impactos negativos à vizinhança (Vargas; Castilho, 2015).

Indo ao encontro deste fenômeno a legislação apresenta instrumentos urbanísticos que permitem que os gestores impulsionem os proprietários à darem aos imóveis ociosos um uso adequado, ou em último caso encampá-los para atingir tal finalidade.

Vargas e Castilho (2015) relatam a ocorrência de intervenções urbanas em regiões centrais e afirmam que esta tem sido uma tendência mundial, que corrobora para a formação de cidades mais democráticas e sustentáveis. Tais intervenções promovem o direito à cidade, uma vez que pode aproximar os cidadãos de espaços dotados de infraestrutura, facilitando assim o contato destes com equipamentos e serviços oferecidos.

Desta forma, destaca-se novamente o envelhecimento populacional. A criação de ambientes favoráveis à velhice requer que os gestores elaborem políticas públicas que pautem em um planejamento urbano sustentável e que permitam que as pessoas idosas, mesmo diante de suas limitações, tenham uma relação acessível com a cidade.

A existência de imóveis ociosos contraria os preceitos presentes na legislação, como no Estatuto da Cidade. Isso se agrava ainda mais quando estes se encontram em regiões urbanas beneficiadas pela existência de infraestrutura, que poderiam estar sendo melhor utilizadas por cidadãos, que muitas vezes encontram dificuldades físicas e espaciais para acessarem tais espaços.

Neste sentido, o presente estudo objetivou compreender a percepção dos moradores sobre os impactos causados por imóveis ociosos, acessibilidade e a respeito de morar no centro. Sendo assim, analisou a percepção de moradores do centro de Araraquara, os quais possuem imóveis ociosos presentes em suas respectivas adjacências. A pesquisa priorizou realizar a escuta de moradores idosos, buscando levantar aspectos positivos e negativos sobre a vivência da velhice na região central.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção dos moradores do Quadrilátero Histórico sobre os impactos causados por imóveis ociosos, acessibilidade e a respeito de morar no centro.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Colher relatos dos vizinhos de imóveis ociosos, com o intuito de analisar o impacto destes para o entorno;
- Verificar a satisfação de pessoas idosas que residem no Quadrilátero Histórico, com relação à infraestrutura da região;
- Analisar o significado de acessibilidade para os moradores da área recortada.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DO ESTUDO

O presente estudo possuiu caráter transversal, exploratório, descritivo, além disso, pautou-se em revisão bibliográfica e baseou-se nos pressupostos do método qualitativo-quantitativo de investigação. A pesquisa qualitativa-quantitativa diz respeito à junção dos dois termos, onde a qualitativa se preocupa com realidades sociais que não podem ser respondidas com variáveis, já a pesquisa quantitativa analisa os fenômenos de maneira estatística (Minayo, 2001).

A presente pesquisa se originou de um estudo maior, intitulado “Direito à Cidade e Pessoa Idosa: proposta de requalificação de imóveis ociosos”, o qual possui auxílio regular pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo nº2017/15781-9). Tal investigação possuiu dentre seus objetivos mapear a área central da cidade, conhecida como região histórica, identificando imóveis ociosos, com o intuito de propor que esses achados venham a compor políticas públicas voltadas para a população idosa do município.

Sendo assim, o estudo em questão atuou diante de resultados do projeto ampliado, o qual já se encontra em andamento através de uma metodologia que permite identificar os imóveis de interesse através de etapas de verificação.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O município de Araraquara é considerado uma cidade de médio porte, que se situa a 270 km da capital – São Paulo. Conta atualmente com uma população de aproximadamente 230.770 habitantes. De acordo com o último censo, realizado em 2010, 14% da população (29.115 cidadãos) eram consideradas pessoas idosas, ou seja, possuíam 60 anos de idade, ou mais (IBGE, 2017).

A pesquisa se desenvolveu em parte da área central do município, tal região foi escolhida diante de sua relevância histórica. Sendo assim, o local de atuação deste estudo possui forte ligação com a formação da identidade de Araraquara e contempla parte das edificações mais antigas da cidade. Também se levou em consideração a literatura, que aponta a tendência de esvaziamento e deterioração imobiliária nos centros municipais, como explica a introdução deste projeto.

Diante destes critérios, a área é delimitada por quatro vias que circundam a

concordo parcialmente; concordo totalmente.

Figura 2 - Escala de Likert

ESTOU SATISFEITO COM O SERVIÇO RECEBIDO:				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Imagem: Junior; Costa, 2014

Tal roteiro buscou investigar a percepção daqueles que são vizinhos dos imóveis selecionados e categorizados como “ociosos” pelos pesquisadores envolvidos. Também deu enfoque para a opinião das pessoas idosas sobre a acessibilidade do local do estudo, bem como as dificuldades e facilidades de se viver na região central do município de Araraquara.

O estudo contou com a realização de visitas de campo, que possibilitaram que os pesquisadores entrassem em contato com os vizinhos dos imóveis selecionados e investigassem suas percepções. Para isso foi criado um roteiro de campo que possuía dois domínios, o primeiro “Ser vizinho de imóvel ocioso” é voltado para aqueles que residem no entorno das edificações selecionadas, independentemente da idade. O segundo domínio intitula-se “Viver no centro” e constituiu em perguntas exclusivas para vizinhos com 60 anos de idade, ou mais.

Buscou-se que cada imóvel identificado como ocioso tivesse uma casa adjacente entrevistada e a preferência foi dada para a escuta do morador mais velho da residência. Neste caso, não foram consideradas propriedades que possuem caráter exclusivamente comercial, sendo este o critério de exclusão da pesquisa.

Deste modo, foram identificadas 27 propriedades de interesse, a verificação referente ao tipo de uso (comercial/residencial) se deu por meio de consulta ao Cadastro Técnico Municipal de Geoprocessamento (CTMGeo).

Ressalta-se que todos os procedimentos éticos foram respeitados para observar os princípios que regem pesquisas, segundo a Resolução 196-96 e 466/12, sendo as identidades dos sujeitos da pesquisa preservadas, e as entrevistas coletadas após anuência e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO A).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados foi realizada em dia útil e horário comercial, como previsto nos critérios de inclusão. Sendo assim, foram visitadas 27 residências adjacentes aos imóveis ociosos, cujos moradores seriam entrevistados, dando preferência ao residente mais velho.

Durante as entrevistas houve a recusa de participação de parcela dos moradores pré-selecionados, sendo que parte deles se negou com diferentes justificativas, como por exemplo: não possuir tempo para atender os pesquisadores, ou então, não se sentir seguro. Outra parcela de participantes pré-selecionados não foi encontrada em suas respectivas residências. Diante disso, foram realizadas 11 entrevistas (aproximadamente 41% da amostra inicial), assim como detalhado na tabela abaixo.

Tabela 1: Número de entrevistados por idade e logradouro

Entrevistas (N)	Participante (P)	Idade	Localização
1	A	82	Avenida 22 de Agosto
2	B	82	Avenida Brasil
3	C	48	Avenida Dr. Leite de Moraes
4	D	36	Avenida Dr. Leite de Moraes
5	E	44	Avenida Major Dario Alves de Carvalho
6	F	69	Avenida Portugal
7	G	65	Avenida Santo Antônio
8	H	66	Avenida Santo Antônio

9	I	72	Rua Antônio Picaroni
10	J	73	Rua Itália
11	K	71	Rua Nayn Jorge

Elaboração: Os autores (2019).

Foi possível perceber que a recusa de participação da pesquisa deu-se, em sua maioria, pelos moradores das áreas com maior número de comércio no entorno. Esta negativa talvez tenha ocorrido pela metodologia porta a porta. Mesmo com o uso de crachá e a leitura e entrega do termo de consentimento livre e esclarecido notou-se receio do morador ao receber o pesquisador e responder às questões feitas por um desconhecido. Tal fato pode ser reflexo da desconfiança gerada por situações atuais no meio urbano, como tentativas de golpes e furtos.

Ressalta-se que o questionário foi elaborado em 2 domínios: o primeiro denominado **“Ser vizinho de imóvel vazio”** e teve como fator de exclusão apenas indivíduos menores de 18 anos; o segundo domínio é denominado **“Viver no centro”** e é exclusivo para pessoas com 60 anos ou mais.

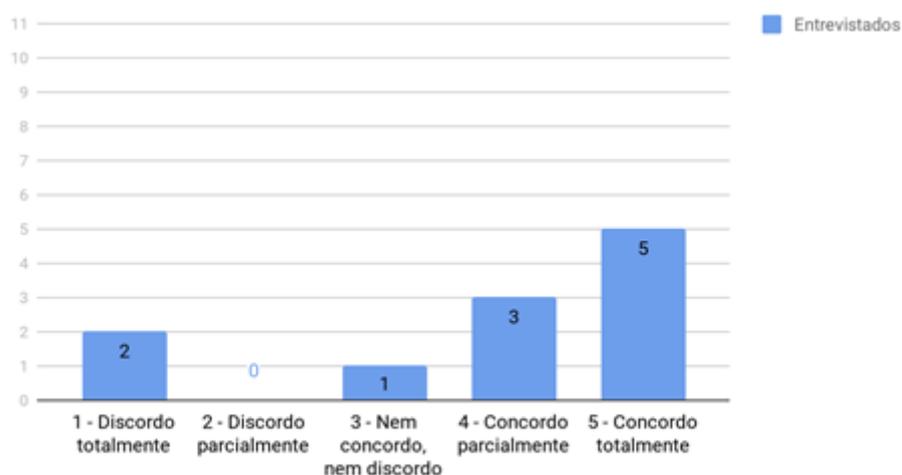
4.1 DOMÍNIO 1: SER VIZINHO DE IMÓVEL VAZIO

Analisando o primeiro domínio do questionário, o qual é intitulado **“Ser vizinho de imóvel vazio”** foi possível notar que, independentemente da faixa etária do entrevistado, a maioria demonstra que há pontos negativos em morar próximo a uma edificação ociosa.

Tal assertiva fica evidente na afirmação 1 **“Morar próximo à um imóvel vazio me incomoda”**. A fim de reunir dados objetivos, adotou-se a Escala de Likert, obtendo-se os seguintes resultados: dois entrevistados que discordam totalmente da afirmação (18%); um participante que se mostrou indiferente ao imóvel ocioso (9%); três respostas que concordam parcialmente (representando 27% dos entrevistados); por fim, cinco devolutivas que demonstram concordar totalmente com o incômodo, (aproximadamente 46%). A soma daqueles que se mostram parcialmente ou totalmente incomodados é de 72%, com isso, fica indubitável a insatisfação dos

vizinhos em relação aos imóveis ociosos. O gráfico abaixo ilustra tais dados:

Gráfico 1: Morar próximo à um imóvel vazio me incomoda

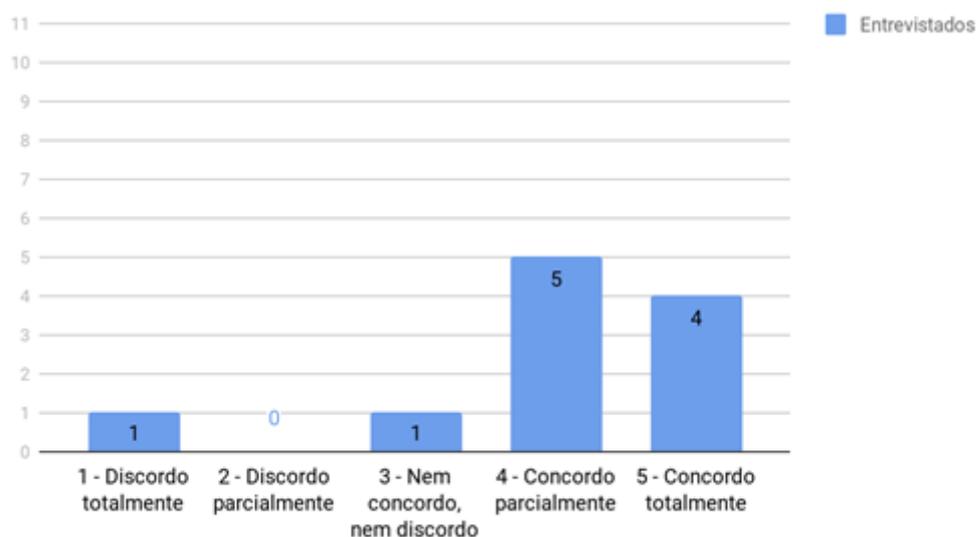


Elaboração: Os autores (2019).

Na afirmativa 2 “**Me sinto inseguro sendo vizinho de um imóvel vazio**”, também pela Escala de Likert, temos: uma resposta que discorda totalmente (9%); uma devolutiva que demonstra indiferença (também representando 9% dos entrevistados); cinco vizinhos concordando parcialmente (aproximadamente 45%); e quatro que concordam totalmente (representando 36% da amostra).

Por meio do diálogo propiciado pela entrevista, percebeu-se que a pessoa que discordou desta afirmação, além de vizinha, também é proprietária do imóvel ocioso. Este participante afirmou que está iniciando uma reforma no local, devido a problemas no esgoto. Justificando assim o porquê a casa encontra-se desocupada. Todavia, 81% dos entrevistados, independentemente de idade, demonstram sentir insegurança vivendo ao lado de uma propriedade vazia, como aponta o Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: Me sinto inseguro sendo vizinho de um imóvel vazio



Elaboração: Os autores (2019)

Dando continuidade ao domínio 1 com uma questão dissertativa “Há quanto tempo este imóvel está vazio? Sabe um pouco sobre a sua história?” uma parte relata que estão vazios devido ao falecimento dos proprietários e desde então a família não fez uso do local. Destes, 75% encontram-se a venda.

Segundo os entrevistados, duas propriedades que aparentemente foram classificadas como ociosas pela pesquisa, possuem um uso. A primeira delas funciona de forma ilegal, como uma espécie de cassino, para jogos proibidos pela legislação vigente no país. No segundo caso, relatou-se que a propriedade pertence à pessoa que mora ao lado e que o espaço, que antes era uma mercearia, agora é usado como depósito da residência.

Com relação à outro imóvel, o vizinho afirmou que se encontra fechado há mais de cinco anos e que invasores utilizam a casa para adentrar em outras propriedades do entorno, funcionando como uma área de “escape” para os meliantes. Também foi mencionado que a vizinhança já promoveu coleta de assinaturas comunicando a prefeitura dos ocorridos diversas vezes, mas que não obtiveram uma resposta.

Outro entrevistado relata que os proprietários de um dos imóveis vazios residem no Japão há mais de 10 anos e, com a ausência de manutenção a casa está infestada de ratos e escorpiões, além do dano estrutural que a queda do muro dos fundos causou para o locatário vizinho, tendo danificado uma moto, entretanto tal problema foi resolvido após entrarem em contato com a Prefeitura Municipal.

Os transtornos encontrados em um imóvel desocupado podem ser os mais diversos. Como exemplo, o relato de um morador que optou por deixar a vizinhança, pois o terreno ao lado continha dois imóveis, um à frente (casa principal) e o outro situado ao fundo (edícula). Segundo o entrevistado, quando o proprietário foi residir junto à filha, seu inquilino, que ocupava a edícula, negou-se a cumprir com o pagamento do aluguel, ateou fogo nas duas residências, e agora o local está abandonado. Fato esse que propicia o surgimento de insetos e animais peçonhentos no local, além de larvas do mosquito da dengue que proliferam naquele espaço.

O vizinho, mesmo decidido a se mudar da localidade, preocupado com a situação, comunicou as ocorrências à Prefeitura Municipal de Araraquara, que efetuou a limpeza no local. A tabela abaixo exemplifica os problemas citados pelos moradores vizinhos.

Tabela 2: Problemas causados por imóveis ociosos, segundo vizinhos

Participantes	Transtornos	Frequência
B; E; F; I	Infestação de insetos e animais peçonhentos	4
E	Dengue	1
A	Invasão por meliantes	1

Elaboração: Os autores (2019).

As respostas dos entrevistados corroboram com a literatura científica e com documentos que destacam os imóveis ociosos como locais propícios para a propagação de insetos e doenças, como escorpiões, ratos e mosquitos.

Segundo o Instituto Butantan (2019), os locais com mais incidência de escorpiões são terrenos baldios com mato, entulho, lixos e/ou com materiais de construção, esgotos, caixas de energia e gordura. Para sua prevenção, é necessário que os indivíduos realizem as manutenções de suas residências.

O mosquito *Aedes aegypti* é o transmissor da dengue, e sua proliferação acontece entre sete e dez dias em locais com água acumulada e parada, como vasos de plantas, calhas, caixas d'água, piscinas, entre outros. Portanto, é importante ressaltar a necessidade da população em manter o ambiente limpo e sem locais propícios para sua criação (FIOCRUZ, 2023).

Em 2022, o Brasil atingiu o recorde de óbitos por dengue, criando ainda mais o alerta para a prevenção. A cartilha da campanha “10 minutos contra o Aedes”, elaborada pela Fiocruz (2023), conta com um cronograma de acompanhamento de observação, manutenção e acompanhamento dos principais locais de proliferação do mosquito transmissor.

Em ambos os casos, é importante salientar que, por se tratar de imóveis ociosos, não é realizada a manutenção para controle da proliferação desses vetores.

Além do problema sanitário, o presente domínio ressaltou a insegurança que os vizinhos possuem em viver próximos à propriedades inutilizadas, uma breve busca por notícias reforça tal preocupação.

A reportagem realizada pelo Jornal da EPTV em 2020 traz relatos sobre imóveis ociosos com lixo acumulados, riscos de desmoronamento, proliferação de animais e insegurança dos moradores da região no período da noite (GLOBO, 2020).

De acordo com o G1 sobre um imóvel abandonado há mais de três anos, devido ao lixo e água acumulados, corroborando com os itens citados anteriormente. A jovem, entrevistada na reportagem, relatou sobre a presença de usuários de droga no local e sua insegurança por residir próximo ao local (G1, 2022).

4.2 DOMÍNIO 2: VIVER NO CENTRO

O presente domínio, denominado “**Viver no centro**” é exclusivo para pessoas idosas, com o intuito de priorizar as opiniões deste grupo, e foi respondido por 8 participantes. E teve como objetivo confirmar, ou não, justamente, a facilidade de se viver no centro da cidade.

A primeira afirmativa deste domínio é: “**Morar no centro torna as coisas mais fáceis, tudo que preciso está aqui**”. Utilizando-se a escala de Likert, todos concordaram totalmente com essa afirmação, ou seja, 100% dos entrevistados demonstraram satisfação em morar na região central de Araraquara.

Isso também se nota quando questionados sobre os pontos positivos do centro, em que as pessoas idosas enfatizam a proximidade de locais considerados de relevância para o bem-estar e o cotidiano das pessoas, como farmácias, supermercados, bancos e facilidade para o uso do transporte público.

Já nos pontos negativos é citada a insegurança, tanto pelo grande número de

moradores de rua, quanto pelos imóveis ociosos, o que torna a vizinhança vazia, apenas dotada de comércios, os quais só tem movimento em horários determinados. O quadro abaixo evidencia as frases citadas pelos entrevistados.

Tabela 3: Opiniões sobre pontos positivos e negativos do bairro

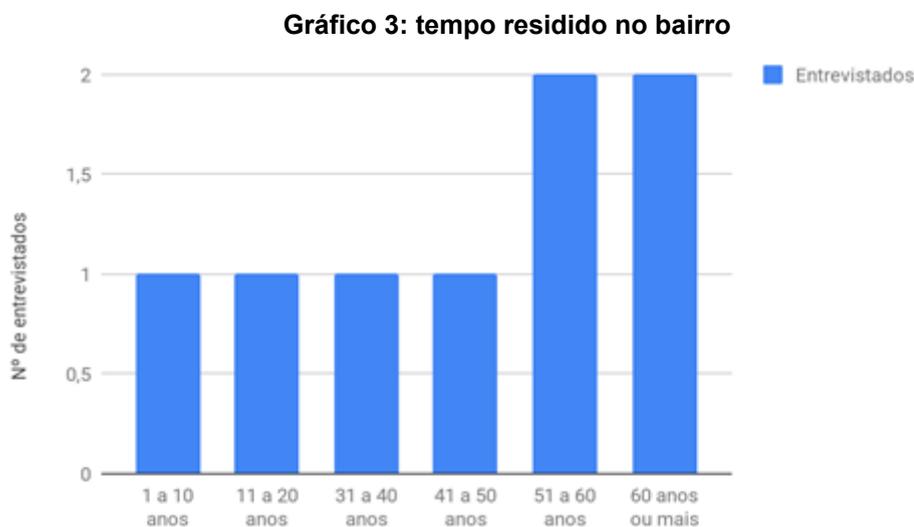
Participant e	Partes positivas	Partes negativas
G	“Tudo é positivo, condução fácil, comércio perto”. (infraestrutura)	
H	“Tem de tudo que precisa”. (infraestrutura)	“Pessoas metidas, não dizem bom dia”. (conflitos sociais)
F	“Temos proximidade das coisas”. (infraestrutura)	“Falta de vizinhos”. (esvaziamento da região central)
K	“Tudo perto, açougue, farmácia, comércio”. (infraestrutura)	
I	“Próximo a mercados, tudo”. (infraestrutura)	“Vizinhos”. (conflitos sociais)
J	“Tudo próximo, ponto de ônibus”. (infraestrutura)	“Muitos indivíduos que pedem as coisas”. (insegurança)
B	“Tenho costume, tudo está perto”. (Aging in place; infraestrutura)	“Insegurança, antes era mais seguro”. (insegurança)
A	“Atendimento, polícia, fazer compras, vizinhos”. (infraestrutura)	

Elaboração: Os autores (2019).

Logo, evidencia-se a importância que os serviços oferecidos na área central da cidade facilitam a rotina de quem ali vive.

Dando seguimento ao questionário, os entrevistados foram perguntados “Mora aqui há quanto tempo? Já morou em outro bairro? Qual prefere? Por quê?”.

Há uma grande variedade no tempo em que residem na área, entretanto, a maior parte das pessoas idosas mora há mais de 40 anos. O gráfico abaixo ilustra essa temática:



Elaboração: Os autores (2019).

Tais respostas somadas ao agrado com a infraestrutura da região se relacionam com a literatura no que diz respeito ao *Aging in Place*, a qual destaca otimização das vivências que a velhice tende a possuir diante de um contexto que seja familiar à pessoa idosa. Podendo ser definido como:

“(...) ser capaz de permanecer no mesmo lugar à medida que se envelhece de forma segura, autônoma e confortável, independentemente da idade, da renda ou do nível das habilidades. Também é fundamental que favoreça a capacidade de controle sobre o ambiente.” (Cuthing, 2003; Stafford, 2010; Wiles *et al.*, 2012, *apud* Porto; Rezende, 2016, p. 156).

Para Nunes (2015), o *aging in place* é visto como fator inicial de um cuidado multidimensional, que interfere no modo de vida geral das pessoas, tanto na habitação quanto nos lugares utilizados diariamente, permitindo assim as adaptações necessárias para a vivência no local a longo prazo.

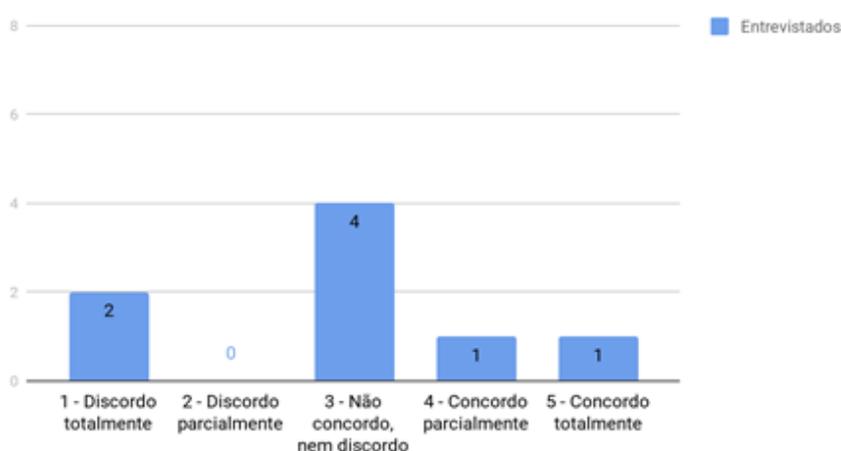
Em relação à pergunta **“Para o Sr(a) o que é acessibilidade?”**, o termo foi abordado por diferentes aspectos. Um idoso afirma não saber do que se trata (12,5%); dois participantes relacionaram o termo com desemprego e ausência de oportunidades (25% das respostas); outro morador comentou que a palavra pode ter diversos significados e perspectivas, mas correlacionou com uma cidade boa para se viver (também representando 12,5%); quatro entrevistados referiram-se à

facilidade de se realizar alguma atividade e chegar em algum lugar (50%), o entrevistado P.J. cita que é “onde uma pessoa cadeirante pode chegar”.

Foi discorrido pelos pesquisadores o conceito de acessibilidade, com o intuito de ressaltar as características físicas, o que deu continuidade à próxima afirmação **“Acredito que o centro de Araraquara seja um local acessível”**. Obtiveram-se as seguintes respostas: dois idosos responderam discordar totalmente (25%); quatro idosos se mostraram indiferentes, não sabendo opinar (50%); um idoso concordou parcialmente (12,5%) e outro concordou totalmente (12,5%).

Observa-se que metade das pessoas idosas não souberam responder essa afirmativa, enquanto um quarto se mostrou insatisfeito com a acessibilidade da região central de Araraquara, e o outro um quarto, se diz satisfeita com as condições da vizinhança.

Gráfico 4: Acredito que o centro de Araraquara seja um local acessível



Elaboração: Os autores (2019).

Conforme os resultados apresentados, podemos observar que os imóveis ociosos trazem danos aos moradores da região, gerando incômodo e/ou insegurança. Também foi possível notar o desconforto causado pela presença de animais decorrentes da falta de manutenção e limpeza do local, favorecendo criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, o qual é transmissor das doenças da Dengue, Zika e Chikungunya.

Fica evidente a satisfação das pessoas idosas em residir no centro da cidade, uma vez que proporciona uma ampla infraestrutura com facilidade de acesso aos serviços. O tempo residido na área pelos participantes também evidencia tal agrado, uma vez que a maioria vive ali considerável parte de suas vidas, agregando memórias e vínculo com a área.

Também foi possível perceber a amplitude que o conceito de acessibilidade possui diante dos entrevistados, que associaram o termo de diferentes formas. Houve pequena insatisfação quanto à acessibilidade física do local, entretanto, alguns não souberam opinar, o que indica possível déficit na divulgação de informação do tema para a população residente.

Diante das respostas apresentadas pelos participantes entrevistados, é possível afirmar que a região central de Araraquara apresenta infraestrutura adequada, sendo positiva à população idosa. A maioria dos entrevistados demonstrou incômodo em ser vizinho de imóvel ocioso, sendo que muitos associam essa situação à insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria Organização Mundial da Saúde estabelece que os ambientes físicos e sociais favorecem o envelhecimento e a velhice, consistindo numa dimensão essencial da dignidade humana.

Nesse estudo buscou-se evidenciar a satisfação dos moradores da área central da cidade de Araraquara-SP em relação à boa infraestrutura, proximidade e facilidade de acesso aos serviços como transporte público, supermercados e farmácias. Tal fato está de acordo com a importância de ambientes acessíveis para a população, proporcionando o direito à cidade e o direito à saúde.

Concomitantemente, notou-se que a maior parte das pessoas idosas reside na área há mais de 40 anos, enfatizando positivamente o fenômeno do *Aging In Place* no processo de envelhecimento, devido à familiaridade da habitação e região, criação de vínculos e memórias, facilitando as adaptações necessárias para a permanência no local.

Por outro lado, a presença de imóveis ociosos nas imediações das residências provoca insegurança, inquietações e evidenciam riscos, como desabamentos e proliferação de vetores de transmissão de doenças.

As questões sanitárias como proliferação de animais e mosquitos é de extrema preocupação, uma vez que para controle das mesmas, é necessário o acompanhamento e fiscalização dos locais realizando limpeza frequente, bem como o cuidado com os moradores, especialmente os grupos mais vulneráveis. Em grande maioria das doenças, a idade avançada é considerada como um fator de risco, com

maior probabilidade de desfechos negativos. É de suma importância que sejam veiculadas informações acerca do controle e combate de tais vetores, a fim de diminuir a incidência dessas doenças.

Em relação à acessibilidade da área central estudada, observou-se que alguns indivíduos não souberam opinar, sugerindo assim uma possível escassez na divulgação de informações acerca do tema.

Deste modo, evidencia-se que a região estudada apresenta um número considerável de propriedades desocupadas em um local privilegiado pela presença de serviços e equipamentos. Este caso confirma a ideia de que a implementação de políticas públicas, que visem dar utilização ao estoque imobiliário ocioso, tende a promover o direito à cidade.

A implementação de políticas públicas voltadas às pessoas idosas seria pertinente e favoreceria a manutenção da autonomia e independência desse público, contribuindo assim para o estabelecimento de uma velhice digna e saudável, além de agregar valor ao centro histórico da cidade, diminuindo a sensação de insegurança dos moradores da área esvaziada e proporcionando o uso adequado e sustentável do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E.; GIACOMINI, L. B.; BORTOLUZZI, M. G.. Mobilidade e Acessibilidade Urbana–. **Seminário Nacional de Construções**, Passo Fundo – RS. 07-08. nov. 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4 ed. Rio de Janeiro, 2020. 162 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2010
- BINS ELY, V. H. M., DORNELES, V. G. **Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA, 14., Curitiba. Anais. Curitiba, 2006.
- BLANCO, Priscilla Hellen Martinez et al. MOBILIDADE URBANA NO CONTEXTO DO IDOSO. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 1, p.143-155, jun. 2014.
- BRASIL. **Estatuto da cidade: lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília, DF: Casa Civil. 2001.
- BRASIL. **Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: lei federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF: Casa Civil. 2015.
- CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Envelhecimento da População Brasileira / Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Ltda., 2016. p. 203-231.
- CELESTINO, Aline do Couto; ARAUJO, Luiz Alberto David. Pessoas idosas: o direito à acessibilidade para além do espaço físico. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**: Direitos das pessoas com deficiência e direitos das pessoas idosas: temas atuais, São Paulo, v. 3, n. 18, p.77-89, 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/cadernos_defensoria/volume18.aspx>. Acesso em: 21 set. 2018.
- DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M. B.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso**

público. Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2012.

DRUCIAK, Vinícius Polzin. **Transporte público metropolitano nas regiões metropolitanas de Londrina e Maringá sob a ótica da mobilidade espacial.** 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves et al. Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões?. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 22, n. 12, p.3821-3830, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

FIOCRUZ (Brasil). **10 Minutos contra o Aedes.** 2023. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/dengue/folder.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FIOCRUZ (Brasil). **Dengue: vírus e vetor.** Vírus e Vetor. 2023. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/opportunista.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FIOCRUZ (Brasil). **Recorde de óbitos por dengue alerta para prevenção.** 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/aedes-aegypti-recorde-de-obitos-por-dengue-alerta-para-prevencao>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ed. 1984.

G1 (Araraquara). **Casa abandonada acumula lixo e gera reclamações em Araraquara: 'está muito feio', diz moradora.** 'está muito feio', diz moradora. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2022/03/04/casa-abandonada-acumula-lixo-e-gera-reclamacoes-em-araraquara-esta-muito-feio-diz-moradora.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GLOBO (Araraquara). Jornal da Eptv. **Duas casas abandonadas acumulam lixo na Vila Xavier em Araraquara.** 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9019219/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio.** Rio de Janeiro. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Estudos e Análises.** Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Demográfico 2010 – Amostra – Características da população.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/pesquisa/23/25888?detalhes=true> Acesso em: fevereiro, 2018.

INSTITUTO BUTANTAN. **Escorpião:** controle de escorpiões de importância em

saúde. Controle de escorpiões de importância em saúde. 2017. Disponível em: <https://repositorio.butantan.gov.br/bitstream/butantan/3363/1/livreto-escorpiao.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

JUNIOR, S. D. da S; COSTA, F. J. da. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion**. XVII SEMEAD – Seminários em Administração. 2014. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1012.pdf> Acesso em: dezembro, 2018.

LEFEBVRE; H. **O direito à cidade**. 5. Ed. Centauro Editora, São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

NETTO, Matheus Papaléo. Estudo da velhice / Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Ltda., 2016. p. 103-117.

OEA. **Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf. Acesso em: 21 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo)**. 2015. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> Acesso em: dezembro, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Família e as formas de proteção social primária aos idosos**. Revista Kairós, 11(2), pp. 59-80. São Paulo. 2008.

VARGAS, H. C; CASTINHO, A. L. H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3. Ed. São Pau: Manole. 2015.

APÊNDICE A - Roteiro de Campo

Pesquisadores: _____ Data: ___/___/___
--

Entrevistado(a): _____ Idade: _____

Endereço: _____

Utilize a Escala de Likert e faça menção a cada questão:
1 – Discordo totalmente/ 2 – Discordo parcialmente/ 3 – Nem concordo, nem discordo/ 4 – Concordo parcialmente/ 5 – Concordo totalmente.

1º Domínio: Ser vizinho de imóvel vazio.

(1) Morar próximo à um imóvel vazio me incomoda.

1	2	3	4	5

(2) Me sinto inseguro sendo vizinho de um imóvel vazio.

1	2	3	4	5

(3) Há quanto tempo este imóvel está vazio? Sabe um pouco sobre a sua história?

2º Domínio: Viver no centro (exclusivo para idosos)

(4) Morar no centro torna as coisas mais fáceis, tudo que preciso está aqui perto.

1	2	3	4	5

(5) Quais são os pontos positivos do centro? E os negativos?

(6) Já morou em outro bairro? Qual prefere? Por quê?

(7) Para o Sr(a) o que é acessibilidade?

(8) Acredito que o centro de Araraquara seja um lugar acessível (discorrer sobre acessibilidade)

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar do estudo intitulado **“Envelhecer na cidade: o papel do centro histórico de Araraquara na promoção do envelhecimento ativo”**. Este trabalho poderá contribuir para o Planejamento Urbano de Araraquara, melhorando as condições do centro histórico da cidade, uma vez que visa compreender a percepção dos moradores acerca de questões positivas e negativas relacionadas à vizinhança de imóveis que se encontram em desuso.

Os dados serão coletados por meio de um questionário semi estruturado que abrange questões abertas sobre dados de identificação do participante, bem como referentes à percepção sobre os impactos dos imóveis ociosos presentes na vizinhança, bem como características que dizem respeito a acessibilidade e vantagens em morar na região central de Araraquara.

Os entrevistados serão pessoas que residam na área de recorte da pesquisa, denominada **“Quadrilátero Histórico”**, que refere-se à parte da região central do município e que possuam como vizinho algum imóvel ocioso, que tenha sido identificado pela pesquisa **“Direito à Cidade e Pessoa Idosa: proposta de requalificação de imóveis ociosos”**, o qual conta com auxílio FAPESP (nº 2017/15781-9).

Terá preferência os cidadãos que possuem 60 anos de idade ou mais, pois este estudo vincula-se ao ramo da Gerontologia. Os indivíduos que irão compor a pesquisa terão toda disponibilidade para dialogarem com os pesquisadores, a fim de esclarecer dúvidas.

O estudo em questão tem caráter transversal, baseado no método qualitativo de investigação, de natureza observacional e procedimentos de campo. O objetivo é analisar a percepção dos moradores do Quadrilátero Histórico sobre os impactos causados por imóveis ociosos, acessibilidade e a respeito de morar no centro.

Sua participação neste estudo será constituída por meio das respostas às perguntas que compõem o questionário.

Sua participação não é obrigatória e as informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais, assegurado o sigilo sobre suas respostas.

Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Serão utilizados para fortalecer o tema de pesquisa e as políticas e melhorias na região estudada.

Você poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, encerrando a sua participação. Sua recusa não trará qualquer prejuízo em relação aos pesquisadores envolvidos.

No desenvolvimento da pesquisa, todos os cuidados serão tomados para observar os princípios éticos que regem pesquisas com participação voluntária de seres humanos, segundo Resolução 196-96 e 466/12. O projeto terá início após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa que neste momento está em apreciação.

Os dados serão coletados após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa não irá causar nenhum tipo de dano físico, psicológico ou moral aos participantes. Os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa envolvem alguma possível situação pessoal de desconforto ao responder as questões, sendo possível suspender a qualquer momento por sua solicitação e desejo.

A sua participação neste estudo, não trará benefícios diretos, mas poderá beneficiá-lo indiretamente podendo este projeto causar impactos positivo sobre a questão do Planejamento Urbano municipal.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta os contatos (telefones e endereço) da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a sua participação, agora, ou a qualquer momento.

No momento em que a pesquisa estiver pronta, os resultados estarão disponíveis a você para seu conhecimento, assim como poderão ser apresentados em eventos e publicados em revistas científicas.

Dra. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro
(coordenadora da pesquisa)
Curso de Gerontologia–DGero–UFSCar-São Carlos–SP
Fones (16) 3306-6668 - (16) 9751-2788
E-mail: cristinam@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar. Os pesquisadores me informaram que estão disponíveis para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas e que posso retirar meu consentimento em participar em qualquer momento.

Araraquara, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante